



Diário **OFICIAL** Paraná

Comércio, Indústria e Serviços

Ano CXI

Edição Digital nº 11640 | 106 páginas
Curitiba, Terça-feira, 30 de Abril de 2024

Sumário

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil	03
Casa Militar	03
Procuradoria Geral do Estado	04
Secretarias de Estado	04
Receita Estadual do Paraná	54
Autarquias	55
Empresas Públicas	72
Serviço Social Autônomo	72
Sociedades de Economia Mista	73
Conselhos	74
Municipalidades	75
Entidades Municipais	86
Particulares	88
Em Tempo	97

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UPA SANTA PAULA 24H (UPA PORTE II) (CNPJ 23.453.830/0027-09)																					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 27 de setembro a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)																					
Santa Paula																					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS																
ATIVO	N.E	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	N.E	2023	2022	de 27/09 a 31/12/2022													
Circulante				Circulante				N.E	2023	31/12/2022											
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.379.097	617.364	Fornecedores	8	1.207.603	1.069.499	Receitas Operacionais													
Contas a receber	5	672.594	1.478.788	Obrig. trabalhistas	9	1.026.367	547.548	Serviços prestados													
Estoques	6	283.317	399.653	Obrigações sociais	10	204.756	129.712	pacientes SUS		20.177.820											
Outros créditos		48.103	545	Obrigações fiscais		37.423	24.774	(-) Glosas		(35.700)											
Despesas antecipadas		61.633	62.316	Outras contas a pg	11	83.264	-	Receita Líquida		20.142.120											
Depósito judicial	13	732	-	Partes relacionadas	12	84.539	123.275	Custos													
Contr. de gestão	3m	20.177.820	-	Contratos de gestão	3m	20.177.820	-	Serviços de terceiros		(9.921.447)											
Total do Ativo Circulante		22.623.296	2.558.666	Total do Pas. Circul.		22.821.772	1.894.808	Pessoal e encargos		(6.085.406)											
Não Circulante				Total do Passivo não Circulante		13.451.880	-	Materiais e medicamentos		(2.163.789)											
Partes relacionadas	12	212.181	120.771	Patrimônio Social				Superávit/(Déficit) Líquido		1.971.478											
Contratos de gestão	3m	13.451.880	-	Patrimônio social		788.768	183.687	- Despesas													
Imobilizado - Próprio	7	76.245	4.139	Superav. (déficit) acum.		(698.818)	605.081	Pessoal e encargos		(1.521.351)											
Total do Ativo não Circulante		13.740.306	124.910	Total do Patr. Social		89.950	788.768	Impostos, taxas e contrib.		(3.714)											
Total do Ativo		36.363.602	2.683.576	Patrimônio Social		36.363.602	2.683.576	Depreciação/amortização		(5.001)											
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL																					
Patrimônio Social Superávit/(Déficit) Acumulado Total																					
Saldos em 27 de set. de 2022																					
Incorporação ao Patrimônio Social																					
Superávit do Exercício																					
Saldos em 31 de dez. de 2022																					
Incorporação ao Patrimônio Social																					
Déficit do Exercício																					
Saldos em 31 de dez. de 2023																					
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS – Método Indireto																					
de 27/09 a 31/12/2022																					
2023 31/12/2022																					
ATIVIDADES OPERACIONAIS																					
Superávit / (Déficit) do Exercício																					
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa																					
Depreciação/Amortização																					
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo																					
Contas a Receber																					
Estoques																					
Outros Créditos																					
Despesas Antecipadas																					
Depósito Judicial																					
Aumento / (Redução) do Passivo																					
Fornecedores																					
Obrigações Trabalhistas																					
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																					
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. A UPA está situada a Rua Nicolau Kluppel Neto, 1645, Bairro Contorno, cidade de Ponta Grossa/PR. b. Contrato de Gestão: A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 29 de setembro de 2022, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 054/2022, vigente até 28/09/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Âmbito</th> <th>Legislação</th> <th>Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table>										Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Âmbito	Legislação	Publicação																			
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970																			
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969																			
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967																			
<p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c. Déficit do Exercício de 2023: Em 2023 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na</p>																					
<p>apresentação de déficit na ordem de R\$ 698.818 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 198.476 em 31 de dezembro de 2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonsttrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 19 de Abril de 2024. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados em estas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são</p>																					
<p>resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes.</p>																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxa Anual de Depreciação - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquina e Equipamentos</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios Hosp.</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Eq. Informática</td> <td>20%</td> </tr> </tbody> </table> <p>O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos</p>										Taxa Anual de Depreciação - %		Máquina e Equipamentos	10%	Móveis e Utensílios	10%	Móveis e Utensílios Hosp.	10%	Eq. Informática	20%		
Taxa Anual de Depreciação - %																					
Máquina e Equipamentos	10%																				
Móveis e Utensílios	10%																				
Móveis e Utensílios Hosp.	10%																				
Eq. Informática	20%																				
>>> continua >>>																					

>>> continuação >>>

ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. **Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. **Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. **Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. **Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. **Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. **Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. **Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. **Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. **Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. **Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

31/12/2022
reapresentado 31/12/2022

ATIVO
Circulante
Caixa e equiv. de caixa 617.364 617.364
Contas a receber 1.478.788 1.478.788
Estoques 399.653 399.653
Outros créditos 545 545
Despesas antecipadas 62.316 62.316
Depósito judicial - -
Contratos de gestão 20.177.820 -
Total do Ativo Circul. **22.736.486 2.558.666**

ATIVO
não Circulante
33.754.610 124.910
Total do Ativo
não Circulante
56.491.096 2.683.576

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL
Circulante
Fornecedores 1.069.499 1.069.499
Obrigações trabalhistas 547.548 547.548
Obrigações sociais 129.712 129.712
Obrigações fiscais 24.774 24.774
Outras contas a pagar - -
Partes relacionadas 123.275 123.275
Contratos de gestão 20.177.820 -
Total do Passivo Circ.
22.072.628 1.894.808

não Circulante
Contratos de gestão 33.629.700 -
Total do Passivo não Circulante
33.629.700 -

Patrimônio Social
Patrimônio social 183.687 183.687
Superávit (déficit) acum. 605.081 605.081
Total do Patrim. Social
788.768 788.768

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
2023 2022
Banco conta movimento - 569.620
Aplicações financeiras de liquidez imediata 1.379.097 47.744
Total
1.379.097 617.364

8. FORNECEDORES
2023 2022
Materiais e medicamentos 139.196 190.797
Serviços 231.430 116.771
Serviços médicos 669.680 557.336
Diversos 167.297 204.595
Total
1.207.603 1.069.499

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2023 2022
Ordenados e salários a pagar 487.428 375.990
Provisão férias 499.201 158.851
Provisões FGTS s/férias 39.738 12.707
Total
1.026.367 547.548

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS
2023 2022
INSS a recolher 56.987 37.693
FGTS a recolher 66.725 41.827
IRRF s/ folha a recolher 72.162 46.653
Contr. sindical 8.882 3.539
Total
204.756 129.712

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR
2023 2022
Seguros a pagar 3.102 -
Verba piso sal. da enferm. (i) 80.162 -
Total
83.264 -

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. **12. PARTES RELACIONADAS**
2023 2022

Ativo
HOSPITAL SÃO VICENTE
DE PAULO 110.559 -
SEDE ADMINISTRATIVA 101.622 120.771
Total Não Circulante
212.181 120.771

Passivo
SEDE ADMINISTRATIVA 84.539 123.275
Total Circulante
84.539 123.275

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 84.539 (R\$ 123.275 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITO JUDICIAL: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda

ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se aos valores a receber conforme contrato número 054/2022 com o Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa referente serviço de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Santa Paula, conforme apresentado

2023 2022
Contrato número 054/2022 -
FMS Ponta Grossa 672.594 1.478.788
Total
672.594 1.478.788

Aging List
2023 2022
A vencer 168.148 -
Até 5 dias 504.446 -
De 06 a 15 dias - -
De 16 a 30 dias - 1.125.677
De 31 a 60 dias - 168.148
De 61 a 90 dias - 168.148
De 91 a 180 dias - 16.815
De 181 a 360 dias - -
+ de 360 dias - -
Total
672.594 1.478.788

6. ESTOQUES
2023 2022
Drogas e medicamentos 140.625 181.793
Materiais de uso do paciente 126.576 195.871
Limpeza e higienização 9.400 13.922
Mat. de expediente e impressos 4.167 4.703
Gêneros alimentícios 2.365 3.364
Diets Enterais e Parenterais 184 -
Total
283.317 399.653

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO
Eq. Máquina Móveis e Móveis e
Informática e Equip. Utensílios Utensílios Hosp. Total
Em 31 de dezembro de 2022
Saldo inicial - - - - -
Aquisições - - 4.181 - 4.181
Depreciação - - (42) - (42)
Saldo contábil líquido
- - 4.139 - 4.139

Em 31 de dezembro de 2023
Saldo inicial - - 4.139 - 4.139
Aquisições 449 53.694 18.914 4.050 77.107
Depreciação (13) (3.076) (1.797) (115) (5.001)
Saldo contábil líquido
436 50.618 21.256 3.935 76.245

8. FORNECEDORES
2023 2022
Materiais e medicamentos 139.196 190.797
Serviços 231.430 116.771
Serviços médicos 669.680 557.336
Diversos 167.297 204.595
Total
1.207.603 1.069.499

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2023 2022
Ordenados e salários a pagar 487.428 375.990
Provisão férias 499.201 158.851
Provisões FGTS s/férias 39.738 12.707
Total
1.026.367 547.548

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS
2023 2022
INSS a recolher 56.987 37.693
FGTS a recolher 66.725 41.827
IRRF s/ folha a recolher 72.162 46.653
Contr. sindical 8.882 3.539
Total
204.756 129.712

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR
2023 2022
Seguros a pagar 3.102 -
Verba piso sal. da enferm. (i) 80.162 -
Total
83.264 -

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. **12. PARTES RELACIONADAS**
2023 2022

Ativo
HOSPITAL SÃO VICENTE
DE PAULO 110.559 -
SEDE ADMINISTRATIVA 101.622 120.771
Total Não Circulante
212.181 120.771

Passivo
SEDE ADMINISTRATIVA 84.539 123.275
Total Circulante
84.539 123.275

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 84.539 (R\$ 123.275 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITO JUDICIAL: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda

possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

2023 2022
Cível 6.864.574 -
Total
6.864.574 -

A Entidade manteve o montante de R\$ 732 em depósitos judiciais e/ou recursos para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
2023 2022
Serviços de gestão (605.307) (175.606)
Água e esgoto (93.549) (10.941)
Viagens e hospedagem (25.714) (18.483)
Fretes e carretos (230) (11.823)
Lanches e refeições - (15.064)
Outros (477.399) (34.785)
Total
(1.202.199) (266.702)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

2023 2022
Cota patr./ Terc. e RAT/SAT 1.519.092 307.578
INSS 1.519.092 307.578
COFINS 605.334 140.740
COFINS 605.334 140.740
Total
2.124.426 448.319

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.379.097	47.744
Contas a receber	672.594	1.478.788
Total ativos financeiros	2.051.691	1.526.532
Fornecedores	1.207.603	1.069.499
Total passivos financeiros	1.207.603	1.069.499

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Ponta Grossa - PR, 19 de Abril de 2024.
Clemência Moreira de Souza
Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20
Ediane Pacheco Lemos
Contadora - CRC - SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH
Unidade de Pronto Atendimento

UPA Porte II – Santa Paula, Ponta Grossa - PR.

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II – Santa Paula, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o findo naquela data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II – Santa Paula, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pela Fundo Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR, consequentemente, não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decurso das atividades da Unidade, que fossem suficientes para concluirmos sobre a efetividade dos controles internos e sobre movimentações de estoque realizadas no sistema. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. a adequação dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do

exercício no montante de R\$ 2.163.789, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. a valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 283.317 em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 698.818 apurado no exercício e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 198.476. (ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 17 de abril de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de abril de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

42781/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

BEM FERTIL PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO para Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais a ser implantada Rua José Campoy, 163 - PARQUE INDL SUL - 86813-280 - Apucarana/PR.

42617/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Adetec Tecnologia Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ 03.246.598/0001-91 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Concessão da Licença de Operação, válida até 09/03/2024 para Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente, Comércio atacadista de outros prod. químicos e petroquímicos não espec. anteriormente e Descontaminação e outros serv. de gestão de resíduos situada à Rua Regina Tisser Stier, n.º 337, bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR.

42985/2024